

PACTO NARCÍSICO DA BRANQUITUDE E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: O SILÊNCIO SOBRE OS NEGROS NAS NARRATIVAS DE CONSTITUIÇÃO DA USP

*NARCISSISTIC PACT OF WHITENESS AND HISTORY OF EDUCATION: SILENCE OVER
BLACK PEOPLE IN THE CONSTITUTION NARRATIVES OF THE UNIVERSITY OF SÃO
PAULO*

Mariana Machado Rocha¹

Universidade de São Paulo

RESUMO

O presente trabalho utiliza o referencial teórico dos estudos críticos da branquitude para analisar pesquisas sobre a história da fundação da Universidade de São Paulo. O artigo destaca a maneira como a historiografia perpetuou o silêncio sobre os negros e sobre o racismo que esteve presente na concepção dessa instituição, reforçando sua imagem de suposta neutralidade por meio da prática do pacto narcísico da branquitude.

Palavras-chave: Branquitude; Pacto Narcísico; Negros; História da Educação; História da USP.

ABSTRACT

This paper uses the theoretical framework of critical whiteness studies to analyze research on the history of the foundation of the University of São Paulo. The article highlights the way in which the historiography perpetuated the silence about black people and about the racism that was present in the conception of this institution, reinforcing its image of supposed neutrality through the practice of the narcissistic pact of whiteness.

Keywords: Whiteness; Narcissistic Pact; Black People; History of Education; History of USP.

RESUMEN

Este artículo utiliza el marco teórico de los estudios críticos sobre la blancura para analizar investigaciones sobre la historia de la fundación de la Universidad de São Paulo. El artículo destaca la manera en que la historiografía perpetuó el silencio sobre los negros y sobre el racismo presente en la concepción de esta institución, reforzando su imagen de supuesta neutralidad a través de la práctica del pacto narcisista de la blancura.

Keywords: Blancura; Pacto Narcisista; Negro; Historia de la Educación; Historia de la USP.

INTRODUÇÃO

Importantes referenciais sobre o desenvolvimento histórico do ensino superior no Brasil como os trabalhos de Luiz Antônio Cunha (1980; 1975; 1989) e Maria de Lourdes de A. Fávero

¹ Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Endereço para correspondência: Rua Paulo Ornellas Carvalho de Barros, 42. Tucuruvi. São Paulo. CEP 2344-030 ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-3498-9403> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5774938101772232> .E-mail: machado.mari.r@gmail.com.

(1980; 2000) apontam a maneira como o ensino superior brasileiro serviu aos interesses da elite no Império, da burguesia nascente no início da República, dos grupos que defendiam o desenvolvimento industrial na Era Vargas, discutem papéis e crises institucionais da Universidade no Brasil e descrevem o momento em que o acesso se ampliou para a classe média no período do Regime Militar. O ensino superior é compreendido pela historiografia como sendo um projeto da elite e para a elite, seja legitimando sua posição de poder por meio da concessão de diplomas, garantindo para este grupo os melhores postos de trabalho ou valorizando sua cultura como hierarquicamente superior em relação às demais (CUNHA, 1980). O fator racial não é indicado nem do ponto de vista da presença/ausência dos negros no ensino superior e nem da participação da própria universidade diante da perpetuação do racismo e do poder nas mãos dos brancos.

Em consonância com o debate sobre as ações afirmativas, emergente na década de 1990, intensificaram-se os estudos sobre a ausência dos negros na universidade, bem como os resultados das primeiras experiências de implementação das cotas raciais (GUIMARÃES, 2003a; CARVALHO, 2002; MUNANGA, 2007; SILVÉRIO, 2007; BERTÚLIO, 2007). Esses trabalhos apresentam as configurações raciais atuais das universidades, problematizando as dificuldades enfrentadas pelos estudantes negros no ingresso e na permanência estudantil, analisando as desigualdades presentes entre os grupos sociais e raciais e/ou as trajetórias de intelectuais negros que se destacaram na academia. Nesse caso, as abordagens são raciais, mas não se verificam perspectivas históricas.

O período entre o final do século XIX e o início do século XX no Brasil é marcado por transformações políticas e econômicas relevantes, como a abolição da escravidão em 1888 e a Proclamação da República em 1889. Tais eventos ocorreram em meio a um conjunto de tensões e lutas por liberdade por parte das pessoas negras escravizadas em paralelo ao que Miskolci (2012) apresenta como um movimento das elites brasileiras em direção à ideia de modernidade e progresso propagadas pelas nações europeias. Naquele momento há o fortalecimento das teorias do racismo científico e início das políticas de branqueamento² (SCHWARCZ, 2001). Nos anos de 1920, as críticas teóricas ao racismo científico enfraquecem a sua presença explícita nos espaços oficiais e nas instituições científicas brasileiras (SCHWARCZ, 2001) e, aos poucos, a ideia de raça como um construto biológico vai perdendo força. Ainda assim, a crença na inferioridade dos negros continua orientando ações do Estado presentes nas políticas higienistas, eugenistas, imigratórias e de incentivo à miscigenação (JACCOUD, 2008; SILVA, 2015; SCHWARCZ, 2001). A década de 1930

2 Políticas que tinham como objetivo embranquecer a população, por exemplo, o incentivo à imigração europeia com a intenção de aumentar a proporção de população branca no Brasil.

foi “um marco decisivo na passagem da sociedade tradicional (agrário-rural) para a sociedade moderna (urbano-industrial)”. Desse modo, a constituição da nação brasileira torna-se um objetivo disputado por diferentes grupos no país (MISKOLCI, 2012). É nesse contexto que a Universidade de São Paulo (USP) é concebida ao longo dos anos 1920 e fundada no dia 25 de janeiro de 1934.

METODOLOGIA

Certeau (1982) afirma a inexistência de neutralidade na produção da história. O historiador pode ser compreendido ao mesmo tempo como produtor e como objeto no campo historiográfico. As narrativas constituídas no interior deste campo estão marcadas por determinadas posições e admiti-las nos ajuda a compreender a própria narrativa historiográfica.

Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática”. Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas “científicas” e de uma escrita. Essa análise das premissas, das quais o discurso não fala, permitirá dar contornos precisos às leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto (CERTEAU, 1982, p. 66).

A história não é uma crítica epistemológica. Ela permanece um relato. Conta seu próprio trabalho e, simultaneamente, o trabalho legível num passado. Não o compreende, no entanto, a não ser elucidando sua própria atividade produtiva e, reciprocamente, compreende-se a si mesma no conjunto e na sucessão de produções das quais ela própria é um efeito (CERTEAU, 1982, p. 53).

Considerando que o exercício de elucidar a realidade em que se inscreve a produção da história pode ser útil para compreender lógicas e dinâmicas no interior do campo de produção do discurso historiográfico, proponho uma mirada contextual para a produção da história da Universidade de São Paulo. Apresentarei as ideias principais de quatro trabalhos sobre o assunto e em seguida identificarei a posição dos autores que elaboraram estas diferentes narrativas sob os seguintes aspectos: a instituição no interior da qual o texto foi produzido, o tipo de vínculo que o autor mantinha com esta instituição, o momento histórico em que o trabalho foi escrito e, finalmente, a identidade racial do autor obtida por meio de heteroidentificação. Esta última se justifica tanto por conta do foco racial da presente análise, como pela compreensão de que a identidade do pesquisador influencia na definição de seu objeto de pesquisa (BENTO, 2014; PIZA, 2014) e que seu encobrimento invisibiliza o ponto de vista particular do sujeito que produz conhecimento (LABORNE, 2017). O silêncio sobre a identidade branca colabora para a manutenção e a perpetuação do racismo (BENTO, 2002) e, por meio de movimentos individuais de invisibilização de identidades brancas que ocupam lugar na produção de conhecimento, ocorre

um movimento coletivo que marca todo um campo de produção de conhecimento. Assim, veremos a seguir de que maneiras este elemento se encontra presente na produção da historiografia da Universidade de São Paulo.

É importante frisar que não há aqui a intenção de realizar uma análise historiográfica quantitativa, nem exaustiva da produção sobre a história da USP, mas de, a partir de algumas importantes interpretações a respeito de sua fundação, indicar o silêncio presente e persistente sobre os negros nessas narrativas, que foi quebrado pelo trabalho desenvolvido por uma pesquisadora negra que possivelmente teve seus vínculos com a Universidade de São Paulo mediados pelo racismo presente na instituição. Os trabalhos analisados foram selecionados tendo em vista uma classificação elaborada por Silva (2015) a respeito da historiografia da USP:

A história da USP já foi contada diversas vezes, por diferentes historiadores e sob diversos enfoques. Ao realizarmos o levantamento dos livros que recontam essa história, observamos que estes poderiam ser classificados em duas categorias: os “comemorativos” e os “analíticos”. Chamamos de “comemorativos” livros escritos com o intuito de celebrar ou solenizar determinadas datas marcantes para a universidade, ou ainda, comemorar eventos relacionados à vida acadêmica uspiana. [...] Estes livros apresentam algumas semelhanças: foram encomendados pela USP; seus escritores pertencem ou pertenceram ao quadro de docentes da USP; apresentam textos carregados de elogios à instituição e que procuram ressaltar a figura dos fundadores como intelectuais de espírito distinto dos demais; os textos se valem de documentação histórica da instituição (Atas, fotos, Regimentos, etc.); é nítida a tentativa de afirmação da excelência de todas as Faculdades da USP, mesmo antes de estas pertencerem a esta instituição. Um fato que merece destaque é a ausência, em todos estes livros, do tema da raça (ou seja, em todos não há menção a um dos importantes debates ocorridos à época da fundação da instituição). Mas um ponto deve ser assinalado: é recorrente a exaltação da ascendência dos fundadores da USP numa tentativa de reconstruir suas biografias destacando a herança tradicional paulista e bandeirante. [...] Já os livros classificados por nós como “analíticos” têm por proposta analisar a história da Universidade de São Paulo de um ponto de vista crítico e sob o olhar acadêmico. Predominantemente, são livros originalmente apresentados como dissertações e teses produzidas dentro da própria instituição, a partir da década de 1970. (SILVA, 2015, p. 272-274)

Tendo em vista essa classificação, foram selecionados trabalhos “analíticos” mais aprofundados como livros, teses ou dissertações, constituídos por interpretações distintas sobre os sentidos da fundação da Universidade de São Paulo com a finalidade de obter uma perspectiva ampla acerca do presente objeto de pesquisa. Textos com enfoque em outros momentos importantes da história da USP, como a Reforma Universitária de 1968, não foram incluídos tendo em vista o recorte temporal efetuado no presente trabalho. Serão analisados os seguintes trabalhos: *Universidade de São Paulo: Fundação e Reforma*, de Heládio Antunha (1974); *A Universidade da Comunhão Paulista*, de Irene Cardoso (1982); *Educadores e Empresários Culturais na construção da USP*, de Fernando Limongi (1988) e, por fim, *Um projeto civilizatório e regenerador: reflexões sobre raça no projeto da Universidade de São Paulo*, de Priscila Silva (2015).

REFERÊNCIAL TEÓRICO

A partir da década de 1990, um conjunto de estudos que analisam as relações raciais também do ponto de vista de seus efeitos para brancos ganha força. O período não marca o surgimento, mas um momento de maior proliferação e evidência conferida a uma perspectiva que já se verificava existente e relevante, sobretudo no pensamento de intelectuais negros de diversos países, inclusive do Brasil, e que até então permaneciam invisibilizados. Aspectos como as circunstâncias da obtenção e reprodução de privilégios, a formação da subjetividade e dos sentidos de “ser branco”, entre outros, passaram a ser tema de pesquisa no interior das ciências sociais. Trata-se de uma alteração do olhar da periferia para o centro ou para aqueles que ocupavam o papel de norma ou padrão a partir do qual se definia aqueles que seriam considerados como “os outros”, “os diferentes” ou “estigmatizados” (SCHUCMAN, 2014). Este conjunto de trabalhos fica conhecido como estudos críticos da branquitude e se encontra presente nos Estados Unidos, Inglaterra, África do Sul, Austrália e Brasil.

Os estudos da branquitude se referem, de modo geral, às pesquisas sobre a posição de superioridade que confere vantagens estruturais a indivíduos brancos nas sociedades hierarquizadas racialmente (JESUS, 2017). As sementes desta virada analítica que se debruça sobre uma identidade racial que foi invisibilizada por séculos residem em trabalhos desenvolvidos internacionalmente desde a segunda metade do século XX. Autores como Frantz Fanon e, no Brasil, Guerreiro Ramos e Virgínia Bicudo desenvolveram análises que atualmente são consideradas como precursoras dessa perspectiva (SILVA, 2020).

A branquitude se refere a um construto ideológico do projeto moderno de colonização em que os brancos tomam sua identidade racial como norma e padrão a partir da qual eles e os outros serão medidos e posicionados (LABORNE, 2017). A racialização da identidade branca pressupõe uma autopercepção de si e de sua cultura (europeia) como representantes da universalidade humana. Ser branco não é algo definido *apenas* por questões genéticas, mas também por lugares sociais ocupados pelos sujeitos.

A invisibilidade ou fantasia de invisibilidade se caracteriza por meio da falta de percepção do indivíduo branco sobre sua própria racialidade (SCHUCMAN, 2014). A partir da autopercepção da branquitude como “normal”, “natural” ou “neutra”, apenas os não brancos são entendidos como racializados, configurando assim o caráter relacional em que o branco se institui como “modelo paradigmático de aparência e condição humana” (PIZA, 2014, p. 72). A invisibilidade se coloca quando a hegemonia da branquitude sufoca tanto a autopercepção racial dos brancos como

a possibilidade de que outros grupos raciais apontem a existência da identidade branca. A ideia de invisibilidade remete também ao conforto obtido pelos brancos a partir da sensação de não representar nada além da própria individualidade (PIZA, 2014). Dessa maneira, invisibilidade, neutralidade e “transparência” são importantes elementos presentes no conceito de branquitude.

Bento (2014) sustenta que este contexto origina silêncio, omissão e distorção a respeito do lugar que os brancos ocupam e ocuparam historicamente em face às relações raciais no contexto brasileiro, reiterando as desigualdades raciais como um problema exclusivamente do negro e favorecendo a diluição desta problemática em análises que privilegiam as desigualdades sociais. Para a autora, o silêncio é parte de um acordo tácito que traz benefícios simbólicos e concretos aos brancos e que se converte na ausência de prestação de contas e de indenizações à população negra (BENTO, 2002).

A invisibilidade produz efeitos também sobre a produção intelectual que teve como enfoque as relações raciais. Tal produção ora nega a discriminação racial e “explica as desigualdades em função de uma inferioridade negra, apoiada num imaginário no qual o ‘negro’ aparece como feio, maléfico ou incompetente”, ora reconhece as desigualdades explicando-as como uma herança da escravidão. De ambas maneiras, ocorre um silêncio a respeito do branco, da herança branca da escravidão e do papel da branquitude enquanto guardiã silenciosa de seus próprios privilégios (BENTO, 2014, p. 41). Bento (2014) mostra que até mesmo os pesquisadores mais progressistas que tratam da questão não percebem seu próprio grupo racial, entendido como referência do humano universal. Para ela, há um acordo tácito na sociedade brasileira caracterizado por não falar sobre o racismo ou por encarar as desigualdades raciais sempre como um problema do negro.

A partir destas indagações, Bento (2014) defende a importância de se pensar sobre o “lugar de fala” dos estudiosos e a origem do conjunto de teorias e metodologias que são utilizadas para compreender a realidade. A autora ressalta que, na história de dominação colonial em que a ciência foi mobilizada para a compreensão do “outro”, sempre houve interesses, por vezes escusos, envolvidos no processo de produção de conhecimento. A reflexão sobre o “lugar de fala” proposto por Bento (2014) permite que as contradições e conflitos envolvidos nestes processos sejam explicitados abrindo possibilidades a novas perspectivas. O discurso consagrado sobre relações raciais anteriores à década de 1980 construía-se, com algumas exceções, com base em um olhar branco (enquanto neutro em relação aos outros) sobre o mundo, olhar a partir do qual o negro ocupava sempre o lugar de objeto de estudo (PIZA, 2014).

A observação feita a respeito dos trabalhos sobre as relações raciais no Brasil a partir da invisibilidade da identidade branca ajuda a pensar sobre a maneira como pesquisas que têm como

foco outros temas também realizam um processo de naturalização do lugar de “ser humano universal”, ocupado pelos brancos, favorecendo a compreensão do silêncio sobre a questão racial que se faz presente em grande parte da historiografia a respeito da fundação da Universidade de São Paulo, conforme apresentamos aqui.

Para Bento (2002), o silêncio que constitui a branquitude não diz respeito apenas ao não-dito, mas também ao que é apagado e excluído. Esse silêncio preserva, isenta, protege os interesses dos brancos ao mesmo tempo em que coexiste com discursos de culpabilização e desvalorização dos negros. O silêncio se constitui como parte de um acordo tácito por meio do qual os brancos não se veem implicados na problemática racial, possibilitando a suspensão de valores humanitários manifesta em posturas de indiferença em relação à violação de direitos dos negros. A discriminação praticada em silêncio possibilita a delimitação de fronteiras que interdita o acesso dos negros e reservam lugares para os brancos, o posicionamento contrário às mudanças, o abuso de poder, entre outros. Tudo isso faz parte do que Bento chamou de Pacto Narcísico da Branquitude, “um pacto silencioso de apoio e fortalecimento aos iguais [brancos]. Um pacto que visa conservar a manutenção de privilégios e de interesses” (BENTO, 2002, p. 105). Por não ser explícito, tal acordo se encontra presente em diversos âmbitos da vida social e do funcionamento das instituições sem poder ser reconhecido e questionado.

ANÁLISES E RESULTADOS

Narrativas sobre a fundação da USP e seus contextos de produção

Heládio Antunha (1974) apresenta diferentes concepções possíveis de universidade vinculando-as aos seus locais de surgimento e a determinados conjuntos de valores. O autor afirma que a fundação da USP esteve vinculada a um ideal liberal proposto pelas elites que combatiam o poder das antigas oligarquias no período da Primeira República e que buscavam elevar o nível cultural da nação de maneira aberta e democrática. Para ele, a universidade liberal era o espaço destinado à promoção e à garantia da diversidade de perspectivas que fomentariam a cultura e alimentariam o debate político. Para realizar esta análise, o autor utiliza fontes como a legislação, em especial o Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931 e o decreto de criação da Universidade de São Paulo, de 1934. Utiliza os Inquéritos sobre a educação produzidos pelo Jornal *O Estado de S. Paulo* e pela Associação Brasileira de Educação (ABE), ambos publicados no período que antecede a criação da USP, e se vale de alguns discursos de Júlio de Mesquita Filho.

Antunha trabalhava como professor da Faculdade de Educação da USP no momento dessa publicação. O livro foi a público na década de 1970, período em que se dava uma importante Reforma na USP sob influência do Regime Militar (CELESTE FILHO, 2017).

A narrativa nasce do interior da própria instituição em um momento em que algumas de suas características futuras estavam sendo definidas³. A tensão política após o golpe de Estado de 64 se manifestava na instituição através de controle ideológico, inquéritos policiais e militares e aposentadorias compulsórias de docentes da universidade. Certamente, a delicadeza do momento de escrita influencia o tom do discurso de Antunha, que foi participante ativo da reforma. Seu texto exalta a importância da universidade e de suas características liberais, afirmando que “as ameaças a esse projeto [de universidade liberal] são mais sérias e próximas” (ANTUNHA, 1974, p. 8). O cuidado que o autor tem com a imagem da instituição também pode ser visto na seguinte passagem:

O presente trabalho é escrito numa fase crítica da vida da USP e surge apenas como uma contribuição, modesta embora, para o esclarecimento dos fatos passados e presentes, e das perspectivas de futuro. Temos assim, consciência de nossa responsabilidade ao fazer críticas ou apresentar sugestões, uma vez que os assuntos são em geral profundamente polêmicos e se colocam exatamente no centro de algumas das mais importantes disputas de nossos dias, envolvendo questões de natureza doutrinária, política, social e, por que não dizê-lo, relacionadas com a própria segurança nacional. (ANTUNHA, 1974, p. 8)

Diante da Reforma Universitária ocorrida durante o Regime Militar com ameaças à autonomia da USP, o trabalho de Antunha (1974) defende a concepção de universidade liberal e erige uma narrativa de fundação em que esta instituição reforça tais ideais desde seus primórdios. O autor caracteriza o grupo fundador da USP como sendo pertencente a uma elite possuidora de interesses políticos manifestos na defesa da criação de uma Universidade. Tal elite, entretanto, não é caracterizada do ponto de vista racial e os sentidos da proposta de “elevação” da cultura não são problematizados.

O trabalho de Irene Cardoso (1982) dialoga de modo direto com a narrativa apresentada por Antunha (1974). Ela questiona a suposta “essência” liberal da Universidade de São Paulo apresentada por ele, alegando que seus principais idealizadores eram membros de uma elite cultural paulista que defendia a criação de uma universidade como maneira de adquirir hegemonia política e cultural perante o restante do país. Irene mostra as alianças que Júlio de Mesquita Filho e outros importantes personagens ligados à fundação da USP fizeram com o governo autoritário de Getúlio Vargas para alcançar o poder que possibilitou a criação da Universidade. De acordo com ela, os fundadores da USP entendiam democracia como um governo de elites em uma sociedade piramidal, cujas posições (elite, camadas médias e massas populares) seriam definidas a partir das

³ Para saber mais sobre a Reforma Universitária, ver Celeste Filho (2017).

capacidades e aptidões selecionadas ao longo da trajetória escolar. Para ela, a ideia de liberalismo do grupo assumia uma grande flexibilidade. Ou seja, tratava-se de um liberalismo em que certas interferências do Estado eram desejáveis de acordo com o contexto e as necessidades políticas. Nas palavras de Cardoso (1982), este grupo tinha uma visão bastante “peculiar” acerca da doutrina liberal.

O discurso de uma sociedade piramidal em que o topo é formado por uma elite condutora dotada de aptidões e capacidades que seriam selecionadas pelo sistema escolar pregava a existência de abertura para que qualquer pessoa, de qualquer grupo social, pudesse alcançar graus elevados na pirâmide desde que dotada de aptidão para tal (CARDOSO, 1982). Ao mesmo tempo, o pensamento racista do período projetava a ausência de aptidões (ou inferioridade intelectual) nos negros e indígenas e desenvolvia um sistema educacional marcado por barreiras à progressão desses grupos (DÁVILA, 2003). Ou seja, por estar situada em um contexto de pensamento hegemônico racista, a ideia de aptidões naturais como filtro para o acesso ao poder tem o significado implícito de exclusão daqueles que eram entendidos como intelectualmente inferiores. As menções explícitas a todos aqueles que poderiam acessar posições de poder a despeito de origens sociais desfavorecidas estavam sempre voltadas a afirmar a possibilidade de que os pobres pudessem estar presentes nesses espaços (DÁVILA, 2003). Em relação aos negros e indígenas, entretanto, não havia a mesma preocupação.

Para desenvolver sua análise, a autora utiliza como fonte a imprensa branca, mais especificamente o jornal *O Estado de S. Paulo*, onde estava o grupo que defendeu e sustentou o projeto de criação da USP, e discursos dos fundadores Fernando de Azevedo e Júlio de Mesquita Filho. Seu trabalho é uma Tese de Doutorado, publicada no início da década de 1980, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, onde a autora atuava como auxiliar de ensino, vindo a se tornar professora doutora a partir da defesa dessa tese. Ainda que sob o contexto da Ditadura Militar, seu trabalho é publicado num momento um pouco mais distante da Reforma Universitária do que o de Antunha (1974), que é escrito no frescor dos acontecimentos relacionados à Reforma. Além disso, enquanto Antunha, quando publica o livro, já era Coordenador do Curso de Pós-graduação da FEUSP, Irene ainda estava se estabelecendo como professora quando defende sua tese de doutorado. Essas diferentes posições em relação à própria carreira no interior da instituição pesquisada são significativas no que diz respeito às diferentes abordagens dos trabalhos.

Irene apresenta uma USP elitista, criada num contexto político autoritário por um grupo que reivindicava para si um lugar de hegemonia nacional, pronunciando-se como superior ao

restante da nação. A fundação da Universidade da Comunhão Paulista, apresentada por Irene, não parece tão nobre como a criação da universidade liberal retratada por Antunha. Ao descrever os atores que lideraram a criação da Universidade, Irene Cardoso (1982) sustenta que eles possuíam um sentimento de superioridade racial, regional e intelectual que justificaria sua pretensão de liderança diante da nação. A suposta inferioridade negra e a exaltação da origem europeia dos bandeirantes evocados como ancestrais dos paulistas são fatores que emergem das fontes analisadas por Cardoso. Assim, o aspecto racial é enumerado como um dos elementos presentes em meio ao contexto de criação da universidade, porém não recebe maiores atenções analíticas da autora.

Fernando de Magalhães Papaterra Limongi (1988) apresenta uma Universidade de São Paulo bem distante dos ideais políticos apresentados pelos autores anteriores. O autor afirma seu trabalho como constituído numa perspectiva radicalmente diferente das anteriores. Para ele, Antunha e Cardoso se deixaram levar pelo discurso de Júlio de Mesquita Filho, o próprio idealizador que *a posteriori* afirma o viés político da criação da instituição. O referido discurso é inevitavelmente consagrado como uma chave interpretativa da fundação da Universidade de São Paulo e, ainda disputando seu significado, vale a pena retomá-lo aqui:

Vencidos pelas armas, sabíamos que só pela ciência e pela perseverança no esforço voltaríamos a merecer a hegemonia que durante décadas desfrutaríamos no seio da Federação. Paulistas até a medula, herdamos de nossa ascendência bandeirante o gosto pelos planos arrojados e a paciência necessária à execução dos grandes empreendimentos. Ora, que maior monumento poderíamos erguer aos que haviam consentido no sacrifício supremo para preservar contra o vandalismo que acabava de aviltar a obra de nossos maiores – das Bandeiras à Independência e da Regência à República – do que a Universidade? (MESQUITA FILHO, 1969⁴ apud ANTUNHA, 1974, p. 52; apud CARDOSO, 1982; apud LIMONGI, 1988).

De acordo com Limongi (1988), as análises anteriores tomaram essas palavras de Mesquita Filho como explicação direta sobre as intenções dos fundadores na criação da Universidade de São Paulo e, por isso, as principais compreensões sobre sua fundação associam-na às questões políticas do período. Para ele, faltou uma camada interpretativa que pudesse se distanciar da explicação diretamente fornecida por Júlio de Mesquita Filho tantos anos após a fundação da USP. Além dos discursos de Júlio de Mesquita Filho, Limongi (1988) utiliza como fontes para seu trabalho publicações do Jornal *O Estado de S. Paulo*, informações sobre as reformas educacionais realizadas por um grupo de educadores associados à fundação da Universidade de São Paulo, como Fernando de Azevedo, Sampaio Doria e Lourenço Filho e, finalmente, dados quantitativos sobre o ingresso, a formação e o perfil dos estudantes nos primeiros anos da instituição. Limongi argumenta que,

⁴ MESQUITA FILHO, Júlio de. Pensamento diretor dos fundadores da Universidade de São Paulo. Aula inaugural pronunciada na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto em 21 de março de 1958. In: *Política e Cultura*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1969.

para além dos interesses políticos, o projeto de fundação da Universidade de São Paulo esteve ligado ao interesse de fortalecer e controlar o campo educacional a partir do topo, ou seja, da educação superior e do ensino secundário.

Enquanto Irene Cardoso apresenta os fundadores da USP como intelectuais e políticos dentre os quais se encontravam também alguns dos chamados “educadores profissionais” vinculados ao Entusiasmo e às propostas de Renovação da Educação, Limongi entende que esses educadores é que foram os principais personagens da sua fundação e que, ao circular entre os jornalistas vinculados ao Jornal *O Estado de S. Paulo*, eles obtinham legitimidade e status profissional. O autor argumenta que as reformas realizadas por esses educadores privilegiavam o crescimento do topo do sistema educacional em oposição à base, que corresponderia ao ensino das primeiras letras, questão premente naquele momento, e destaca empreendimentos lucrativos efetuados no mesmo campo educacional. Para ele, o foco dos fundadores da USP eram os lucros⁵ obtidos no mercado educacional. Eles reivindicavam que o saber teórico e técnico que eles próprios possuíam fosse pré-requisito para o exercício da profissão docente (LIMONGI, 1988). Assim, ao contrário da narrativa que a consagrou como um projeto “da elite e para a elite”, o autor aponta que os primeiros alunos da USP foram normalistas, mulheres, imigrantes e pessoas mais velhas em busca de reorientar suas carreiras e que a Universidade serviu para eles como um caminho de ascensão social. A passagem pela USP se constituiu também como uma oportunidade para iniciar carreiras abertas no interior da própria Universidade que formou um grupo de professores e pesquisadores que inaugurou novos campos acadêmico-científicos posicionando-se no topo deles. O autor menciona a presença de imigrantes e mulheres como estudantes nos primórdios do funcionamento da instituição, porém nada registra sobre a população negra, sua ausência ou acesso à Universidade de São Paulo. Ou seja, por mais que sua análise se distancie das anteriores, o silêncio a respeito da questão racial permanece sendo um elemento que liga essas diferentes perspectivas.

O trabalho de Limongi é uma dissertação de mestrado, apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Apesar de sua graduação em ciências sociais ter ocorrido na Universidade de São Paulo e seu doutorado também, a produção de sua dissertação (1988) se deu em outra instituição⁶. Entretanto, de acordo com seu currículo Lattes,

5 A ideia de lucro de Limongi (1988) trata de vantagens simbólicas advindas do domínio do topo do sistema educacional e envolvendo o poder de definição sobre ele, mas também de vantagens materiais dadas a partir desse poder. O poder de definição dos critérios de organização da hierarquia do sistema educacional a partir do topo torna esse grupo capacitado para produzir materiais, conteúdos e serviços às pessoas e grupos interessados em ingressar e crescer no interior desse sistema.

6 As informações sobre carreira dos autores foram verificadas em seus currículos Lattes. Disponíveis em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783936P9>>; <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4787709D2>>; <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4742967A5>>. Acesso em: 25 abr. 2023.

Limongi tinha vínculo institucional como professor da USP desde 1986, dois anos antes da conclusão de seu mestrado.

No momento em que ele desenvolveu seu trabalho, o país passava pelo processo de redemocratização e os riscos de perda de autonomia que pairavam sobre a Universidade de São Paulo durante o Regime Militar e, especialmente no período da elaboração da pesquisa de Antunha (1974), já haviam sido bastante reduzidos. A perspectiva de Limongi desconstrói o mito de uma USP elitista, meritocrática e pensada a partir de objetivos políticos. Ainda que ele tivesse vínculo empregatício com esta instituição no momento da escrita, o fato de ter realizado a dissertação de mestrado fora da USP permite pensar que houve um certo grau de distanciamento que pode ter colaborado para a constituição deste olhar desmistificador.

A tese de doutorado de Priscila Elisabete da Silva (2015) aborda as relações entre os fundadores da Universidade de São Paulo e o debate racial existente naquele período. Silva demonstra que os ideais eugenistas, higienistas e sanitaristas vigoravam no período em que se discute a criação da Universidade de São Paulo e argumenta que seus principais fundadores não só tiveram contato com essas ideias racistas, como eram adeptos delas. De acordo com a autora, fundamentados a partir das teorias raciais que afirmavam o primitivismo, a indolência e a inferioridade moral, intelectual e estética dos negros, os fundadores da USP buscavam resolver o problema da nação reduzindo a chamada “heterogeneidade” da população, o que significava reduzir a quantidade de negros e afirmar a cultura dominante de origem europeia como superior e dotada das características necessárias para capacitar a elite condutora da nação.

Irene Cardoso (1982) já havia demonstrado que, para fundamentar sua pretensa superioridade diante da nação, os membros da elite paulista evocavam a figura dos bandeirantes e de suas supostas características morais superiores. Ao evocar atributos como a coragem, a moral elevada e o espírito empreendedor dos bandeirantes, a elite paulista visava se autoproclamar, diante da nação, como descendente mais próxima dos europeus e, portanto, dotada de características positivas que confeririam a ela o lugar de condutora da nação para o progresso. Dessa maneira, o projeto político de hegemonia paulista apontado por Cardoso (1982) não seria apenas um projeto regional, mas também um projeto racial de domínio da nação (SILVA, 2015).

Assim como os demais, Silva (2015) utiliza como parte de suas fontes discursos de Júlio de Mesquita Filho, Fernando de Azevedo, o jornal *O Estado de S. Paulo*, inovando, porém, ao lançar mão das correspondências trocadas entre os intelectuais ligados à fundação da USP entre 1900 e

No caso de Heládio Antunha, a informação foi retirada do texto de apresentação do próprio livro analisado (1974).

1940, atestando a conexão destes, e até amizade íntima em certos casos, com Renato Ferraz Kehl, influente eugenista, fundador da Sociedade Brasileira de Eugenia. O eugenista defendia veementemente a superioridade da raça branca e argumentou a favor de propostas de inclusão de temas eugênicos nos programas educacionais em todos os níveis de ensino. Silva (2015) demonstra o desenvolvimento do pensamento higienista, sanitarista e eugênico nas Faculdades que viriam a compor a USP no momento de sua origem. Por meio da análise de documentos e símbolos utilizados na representação da Universidade de São Paulo no momento de sua criação, ela argumenta que diversos princípios e ícones do pensamento eugênico foram incorporados nessas representações. Assim, a autora sustenta a existência de fortes vínculos entre a eugenia e a fundação da universidade.

Silva (2015) faz uma relação dos nomes de intelectuais ligados à USP que fizeram parte da rede de Renato Ferraz Kehl. Ela aponta que professores, médicos, engenheiros, filósofos, sociólogos, historiadores, biólogos, agrônomos, estudantes membros do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito de São Paulo e docentes da mesma unidade, pesquisadores da medicina legal, membros do instituto de Higiene e da Faculdade de Saúde Pública de São Paulo, professores da Escola Politécnica, diretores do Museu Paulista, professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, membros do Conselho Universitário da USP e docentes da missão estrangeira dada na fundação da USP são alguns dos intelectuais diretamente envolvidos com o pensamento eugênico no Brasil.

O trabalho de Silva (2015) rompe o silêncio sobre os negros na história da Universidade de São Paulo, e mostra que esta instituição foi pensada como parte de um projeto de nação que visava a eliminação dos negros da sociedade brasileira. As marcas deixadas pelo pensamento racial do período no projeto USP são analisadas pela autora com base no repertório da eugenia, do higienismo e do sanitarismo, assim, ela sustenta que a Universidade de São Paulo nasce com propósitos civilizatórios e regeneradores, sob a égide de um projeto de nação que visava promover o branqueamento.

Assim como os anteriores, o trabalho de Priscila Silva é realizado no interior da Universidade que figura como objeto de pesquisa. Sua tese foi apresentada em 2015 na Faculdade de Educação da USP e, entre 2013 e 2014, ela trabalhou como monitora bolsista no Programa de Formação de Professores da mesma unidade. Trata-se de uma pesquisa que ocorre após a emergência de um denso debate a respeito das Ações Afirmativas para o ingresso de negros nas universidades brasileiras. Dessa maneira, o tema ganhou notória visibilidade que possivelmente teve influência na definição da problemática abordada por Silva (2015).

O vínculo com a instituição pesquisada é uma marca presente nos quatro trabalhos apresentados. Aparentemente, o pertencimento institucional inspira a formação do problema de pesquisa e a visão mística a respeito da USP se reduz conforme os vínculos com a instituição se tornam mais frágeis. No conjunto de textos apresentados, o vínculo mais forte e estabelecido com a instituição corresponde a uma narrativa que enobrece o sentido de sua fundação. Tanto a influência dos diferentes contextos histórico-políticos como os novos temas de pesquisa que emergem nas respectivas conjunturas trazem novas temáticas e novas perspectivas de análise para as narrativas sobre a fundação da Universidade de São Paulo.

A identidade racial dos pesquisadores

A seguir, farei uma reflexão sobre a identidade racial dos autores dos referidos trabalhos. Priscila Silva e Fernando Limongi possuem fotos em seus respectivos currículos Lattes, Irene Cardoso tem imagem disponível na internet⁷ e Heládio Antunha tem um quadro com sua imagem na Faculdade de Educação da USP. A partir de um critério de heteroidentificação, verifiquei que, dentre os autores, apenas Priscila Silva é negra, sendo ela também a única pesquisadora que elegeu a temática racial para o seu trabalho.

Ainda que, no contexto de produção do trabalho de Silva, a presença forte da discussão sobre o acesso dos negros à universidade seja inegável, é possível desconfiar que os demais autores também tiveram contato com debates sobre a questão racial antes ou durante a realização de suas pesquisas. Heládio Antunha traz, na sua relação de referenciais, um trabalho de Florestan Fernandes, datado de 1966 (ANTUNHA, 1974, p. 259). Este mesmo autor, em 1965, já havia publicado *A integração do negro na sociedade de classes*, hoje reconhecido como uma de suas obras mais importantes. Irene Cardoso, por sua vez, traz em suas referências dois trabalhos do mesmo autor, um datado de 1975 e outro de 1977 (CARDOSO, 1982, p. 186). Vimos no primeiro capítulo que Florestan Fernandes é um autor consagrado no campo das relações raciais, o que possibilita inferir que esses autores no mínimo sabiam da existência dessa questão posta para as ciências sociais brasileiras, entretanto ela não foi eleita como foco para se pensar sobre a constituição da Universidade de São Paulo.

Com relação a Limongi, é possível afirmar que ele certamente teve contato com a discussão sobre a questão racial, uma vez que, em sua bibliografia, além de um trabalho de Florestan Fernandes, datado de 1984 (LIMONGI, 1988, p. 272), das publicações de Oracy Nogueira⁸, datadas

7 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yCiXOSUI5U>>. Acesso em: 25 abr. 2023.

8 Este mesmo autor havia publicado *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo: relações raciais no município de Itapetininga*, em 1954.

de 1961, 1962 e 1963 (p. 276) e de um trabalho de Fernando Henrique Cardoso⁹ de 1977 (p. 270), há a referências a produções diretamente ligadas à questão racial, como o livro *Retrato em branco e negro* de Lília Moritz Schwarcz e o trabalho *Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro* de Thomas Skidmore. Diante do contato com os debates sobre a questão racial, possível no caso de Antunha e Cardoso, e indiscutível no caso de Limongi, o silêncio ou a pouca atenção em relação a ela nos trabalhos apresentados se torna inquietante. Esta inquietação aumenta ao se perceber que, em quase todos os trabalhos mencionados, há referência direta a um discurso de Júlio de Mesquita Filho em que ele se refere diretamente aos negros como causa dos problemas nacionais a serem resolvidos, entre outros, pela fundação de uma universidade em São Paulo. A escrita desses próprios pesquisadores consagra o texto como importante para pensar a fundação da USP. Trata-se de um trecho do Livro *A Crise Nacional: Reflexões em torno de uma data*, em que o fundador da USP afirma que com a abolição

[...] entrou a circular no sistema arterial do nosso organismo político a massa impura e formidável de dois milhões de negros, subitamente investidos das prerrogativas constitucionais. (MESQUITA FILHO, 1925; MESQUITA FILHO, 1925 apud CARDOSO, 1982, p. 34; apud SILVA, 2015, p. 278; apud LIMONGI, 1988, p. 75)

Mesquita Filho (1925) afirma que a circulação de negros com direitos políticos seria uma das causas centrais dos problemas do país. Esta passagem de seu livro constitui parte importante da perspectiva e da argumentação política e social que justificavam sua defesa de criação da Universidade de São Paulo. Cardoso (1982) e Limongi (1988) fazem citação direta desse trecho, porém não efetuam uma análise referente à questão racial implicada nele. É como se houvesse ao mesmo tempo uma percepção da importância dessa passagem que evidencia a centralidade da questão racial no pensamento de Júlio de Mesquita Filho, seguida de uma diluição da mesma em um olhar que privilegia a compreensão das relações sociais a partir das diferenças econômicas, ou seja, das classes sociais¹⁰. É possível pensar nessa diluição uma vez que o grupo fundador da USP é caracterizado em quase todos estes trabalhos como sendo membro da elite paulista, sendo o termo elite utilizado numa perspectiva econômica.

Assim como ocorrido no campo da história da educação até os anos 2000 (BARROS, 2016), nota-se a existência de uma dificuldade de penetração da temática racial na produção historiográfica sobre a Universidade de São Paulo. Ainda que houvesse um debate sobre raça qualificado no campo acadêmico e por mais que as fontes utilizadas pelos pesquisadores contivessem conteúdos raciais

9 Autor que iniciou sua produção sobre a questão racial em 1958 com *O negro e a expansão portuguesa no Brasil Meridional*.

10 O termo diluição é utilizado por Bento (2014) e Jaccoud (2008) para se referir à maneira como a questão racial é englobada na discussão sobre desigualdades econômicas tendo suas especificidades desconsideradas.

explícitos ligados ao pensamento que origina a fundação da USP, a introdução da temática neste conjunto da produção acontece somente a partir de uma pesquisadora negra.

Assim como os níveis de distanciamento em relação à instituição podem ter influenciado a intensidade dos níveis de mistificação das narrativas, a experiência de uma pesquisadora negra na Universidade de São Paulo pode ter sido o caminho de construção de um distanciamento específico em relação à questão racial. A invisibilidade da identidade branca apontada pelos estudos críticos da branquitude possibilita que os pesquisadores brancos se identifiquem com as pretensas afirmações de universalidade da instituição reproduzindo o silêncio a seu respeito. Ao mesmo tempo, alguém cuja identidade racial é constantemente marcada nesse ambiente pode vir a se encontrar dotada de um ponto de vista que, por não conter completa aderência aos discursos implícitos de superioridade racial constituídos pelo próprio silêncio, possibilita a formulação de novos problemas de pesquisa e novas interpretações.

Pacto Narcísico e silêncio sobre o racismo

A reflexão efetuada a partir dos elementos propostos vai ao encontro tanto das constatações de Certeau (1982) sobre os limites de ponto de vista dados a partir da identidade e da posição ocupada pelo historiador, como do que afirmam Bento (2014) e Piza (2014) ao problematizar a influência da branquitude nos estudos brasileiros sobre raça. A reflexão desenvolvida pelas autoras pode ser útil também para a compreensão de campos de estudos que não se encontram direta e explicitamente vinculados à questão racial, como é o caso da história da USP. Nesse caso, o silêncio constituinte da identidade racial branca favorece a invisibilização da questão racial presente na fundação da instituição.

A idealização e a fundação da Universidade de São Paulo ocorrem num período de fortíssima influência de um pensamento racista que nem sempre se revela, dificultando sua apreensão. No caso dos discursos do grande idealizador da USP, entretanto, não é possível se basear nessa hipótese. Ao justificar a necessidade de criação de uma universidade em São Paulo, Júlio de Mesquita Filho fala explícita e enfaticamente sobre os negros como sendo um dos grande problemas da nação a serem resolvidos pela elite condutora que se formaria na instituição por ele vislumbrada. O silêncio dos pesquisadores que entraram em contato com seus discursos pode, portanto, ser interpretado como parte do pacto silencioso que caracteriza a branquitude e perpetua sua posição de poder, conforme aponta Bento (2002). Assim, a pretensa neutralidade e invisibilidade da identidade branca que se expressa na produção de conhecimento marca a historiografia da USP.

O que se considera aqui como um processo de mistificação da USP é uma perspectiva que fala apenas sobre atributos positivos no projeto ao mesmo tempo em que ignora suas particularidades e limites, por exemplo, quando as conexões com a Europa são elevadas ao lugar de características de universalidade. As possibilidades de pertencimento à própria USP se colocam de forma distinta para os pesquisadores brancos e negros que se propuseram a narrar a história de sua fundação. Assim, raça pode tanto ser entendida como um elemento identitário que dá aos pesquisadores pontos de vista diferenciados sobre as mesmas fontes e fenômenos, como, seguindo a interpretação realizada a partir do tipo de vínculo que cada pesquisador tinha com a USP no momento de produção de seus trabalhos, ela pode ser compreendida como um elemento que impõe um tipo de distanciamento específico, contribuindo para interpretações mais distantes das narrativas que mistificam a Universidade de São Paulo, sobretudo no que se refere ao seu suposto caráter universalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma instituição cuja inspiração é vinculada exclusivamente à história europeia e cujos objetivos são definidos por uma fração da elite branca paulista adquire supostos contornos de universalidade e pluralidade que invisibilizam negros, indígenas e populações de outros estados, regiões brasileiras ou mesmo de outros lugares, além do considerado mundo ocidental. Esse processo de invisibilização possibilita que as narrativas históricas sobre seu surgimento prescindam da categoria raça para compreendê-la, ainda que sua idealização tenha estado diretamente ligada a um ponto de vista sobre a problemática racial no país. Assim, as narrativas sobre a constituição histórica da Universidade de São Paulo atuaram ativamente na ocultação do elemento racista presente nas ideias que promoveram a sua criação produzindo uma memória que reforça os supostos contornos de neutralidade racial conferidos à USP. Pollak (1989) ajuda a compreender esse processo:

Toda organização política, por exemplo sindicato, partido, etc., veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma. Ela não pode mudar de direção e de imagem brutalmente a não ser sob risco de tensões difíceis de dominar, de cisões e mesmo de seu desaparecimento, se os aderentes não puderem mais se reconhecer na nova imagem, nas novas interpretações de seu passado individual e no de sua organização. O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo. (POLLAK, 1989, p. 10)

Além de preservar as vantagens advindas de um contexto racista, conforme nos informa Bento (2002), há um movimento no sentido de preservar a sua própria autoimagem, por meio de um silêncio que nega um aspecto negativo da instituição de que se faz parte. Os autores que

compuseram a historiografia têm fortes vínculos com a instituição pois ela é parte importante do que constrói suas imagens públicas de legitimidade discursiva. Admitir e revelar o fato de que a Universidade onde seu pensamento se configurou tem como base ideais racistas de cultura, nação, educação e política origina mecanismos de autoproteção que, mais uma vez, se convertem em silêncios oportunos e justificativas escusas para o apagamento de qualquer sinal de evidência do pacto narcísico do qual eles também fazem parte. A legitimidade das fontes oficiais e da produção científica da história produzida (muitas vezes) de dentro da instituição e a respeito dela própria está à serviço da manutenção do poder político e simbólico da branquitude.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fulbright.

REFERÊNCIAS

- ANTUNHA, H. C. G. **Universidade de São Paulo: Fundação e Reforma**. São Paulo: CRPE do Sudeste, 1974.
- BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. Um balanço sobre a produção da história da educação dos negros no Brasil. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (org.). **A história da educação dos negros no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2016. p. 51–72.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos Narcísicos no Racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- _____. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray (orgs.). **Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BERTÚLIO, Dora Lúcia de Lima. Ação Afirmativa no Ensino Superior: considerações sobre a responsabilidade do estado brasileiro na promoção do acesso de negros à Universidade – o Sistema Jurídico Nacional. In: PACHECO, Jairo Q. e SILVA, Maria Nilza (orgs.). **O negro na universidade: o direito à inclusão**. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.
- CARDOSO, I. de A. R. **A Universidade da Comunhão Paulista**. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982.

Pacto Narcísico da Branquitude e História da Educação: o silêncio sobre os negros nas narrativas de constituição da USP

CARVALHO, José Jorge de. Exclusão Racial na Universidade Brasileira: um caso de ação negativa. In: QUEIROZ, Delcele Mascarenhas (coord.). **O negro na Universidade**. A cor da Bahia/UFBA. Salvador: Novos Toques, 2002.

CELESTE FILHO, Macioniro. Universidade de São Paulo concebida em 1968 por seus professores, alunos e funcionários. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo: SBHE; Campinas, Autores Associados, v. 17, n. 1, 2017. DOI: 10.4025/rbhe.v17n1.857.

CERTEAU, M. A operação historiográfica. In: CERTEAU, M. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CUNHA, Luiz Antônio. A expansão do ensino superior: causas e consequências. **Debate e Crítica**, n. 5, p. 27-58, mar. 1975.

_____. **A Universidade Temporã**: O ensino superior da Colônia à era de Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. **Qual Universidade?** São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

DÁVILA, Jerry. **Diploma of Whiteness**. Durham & London: Duke University Press, 2003. DOI: 10.1215/9780822384441.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **Universidade e Poder**: Análise crítica/fundamentos históricos: 1930-1945. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

_____. **Universidade do Brasil**: das origens à construção. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/INEP, 2000.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Acesso de negros às universidades públicas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p.247-268, março de 2003.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação**: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo, Annablume/FAPESP, 2012. Livro eletrônico. 3557 posições.

JACCOUD, Luciana. Racismo e República: O Debate sobre o Branqueamento e a Discriminação Racial no Brasil. In: THEODORO, Mario (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008. p. 49-68.

LABORNE, Ana Amélia de Paula. Branquitude, colonialismo e poder: a produção do conhecimento acadêmico no contexto brasileiro. In: MÜLLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço (orgs.). **Branquitude**: Estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017.

JESUS, Camila Moreira de. A persistência do privilégio da brancura: nota sobre os desafios na construção da luta antirracista. In: MÜLLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço (orgs.). **Branquitude**: Estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017.

LIMONGI, Fernando de Magalhães Papaterra. **Educadores e empresários culturais na construção da USP**. 279f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.

MESQUITA FILHO, Júlio de. **A crise nacional**: reflexões em torno de uma data. São Paulo: Seção de obras de O Estado de S. Paulo, 1925.

MUNANGA, Kabengele. Considerações sobre as Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior. In: PACHECO, Jairo Q. e SILVA, Maria Nilza (orgs.). **O negro na universidade**: o direito à inclusão. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray (orgs.). **Psicologia social do racismo**: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6. Ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo, Annablume, 2014.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Dando nome às diferenças. In: SAMARA, Eni de Mesquita (org.). **Racismo e Racistas**: trajetória do pensamento racista no Brasil. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

SILVA, Priscila Elisabete da. **Um projeto civilizatório e regenerador**: reflexões sobre “raça” no projeto da Universidade de São Paulo (1900-1940). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

_____. O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo. In: MÜLLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço (orgs.). **Branquitude**: Estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017.

SILVA, Nádia Maria Cardoso da. Virginia Leone Bicudo e Guerreiros Ramos – para uma epistemologia decolonial da perspectiva negro-brasileira nas Américas. **IdeAs**, [S.l.], n. 16, 2020. DOI: 10.4000/ideas.9758.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação Afirmativa: uma política pública que faz a diferença. In: PACHECO, Jairo Q.; SILVA, Maria Nilza (orgs.). **O negro na universidade**: o direito à inclusão. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

Submetido em: 05 de mar de 2023.

Aprovado em: 20 de set de 2023.

Publicado em: 07 de nov de 2023.